

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OLIBERAL Class.: KAIAPÓ - GERAL 235
 Data 5/10/79 Pg.: _____

Aimex quer mogno dos índios kaiapó

Em nota distribuída ontem à imprensa, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) denuncia que a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará está organizando mais um atentado contra o meio ambiente e o patrimônio indígena e nacional. Segundo a nota, a Aimex convocou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para uma visita a áreas indígenas no município de Redenção, com o objetivo de derrubar as denúncias de devastação contra madeiras ligadas à associação e legalizar a exploração de madeira naquelas terras. A visita contaria com a participação de Arthur Morrell, representante da Timber Trading Federation (TTF), entidade que congrega as importadoras inglesas de mogno extraído de terras indígenas no Pará.

Afirma a nota divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário que as importadoras inglesas estão sendo pressionadas, tanto por entidades ambientalistas como pela opinião pública inglesa, a não comprar o mogno proveniente das reservas indígenas da Amazônia. Diante disso, acrescenta a nota, a Aimex estaria "armando um verdadeiro teatro para inglês ver", na tentativa de conseguir regularizar a exploração de madeira em áreas indígenas. Segundo o CIMI, em Redenção a comissão encontrará um ambiente altamente favorável às empresas madeireiras, haja vista que a população local, indistintamente beneficiada com a ati-

vidade extrativista, e os índios Kayapó, favoráveis à venda de madeira, foram convocados para participar do evento.

Assegura o Conselho que algumas madeiras ligadas à Aimex — Maginco, Peracchi e Impar — estão sendo processadas pela depredação das áreas indígenas dos Apiterewa, enquanto a Banach e a madeireira Rosa estão depredando impunemente as terras dos Arara e dos Tembê, respectivamente. "Descaradamente, em 10 de dezembro de 1992 a Aimex divulgou uma declaração e um termo de compromisso em que afirma que nenhuma das madeiras-membro da Associação está implicada na devastação das áreas indígenas", afirma a nota. O CIMI diz ainda estranhar o fato de uma entidade privada convocar dois órgãos públicos para averiguar as denúncias, quando essa tarefa, no entender do Conselho, caberia ao Poder Judiciário. "A Aimex quer conseguir a legalização do esbulho através de um esquema por ela preparado", denuncia o Conselho.

Para evitar que isso aconteça, o Conselho Indigenista Missionário está convocando as Organizações Não Governamentais a comparecerem à reunião que a comissão de representantes da Aimex, TTF, Ibama e Funai vai realizar hoje, às 9 horas, na sede da Federação das Indústrias (Fiepa), mesmo sem terem sido convidadas, "a fim de desmascarar a Aimex e sensibilizar a opinião pública nacional e internacional".